



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 314

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo o artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e

CONSIDERANDO o que prevê o art. 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), de 4 de maio de 2000, observadas as prescrições da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, do Ato Normativo STM nº 89, de 28 de maio de 2014, do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, de 12 de abril de 2017, e da Portaria nº 50/STN, de 23 de janeiro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União referente ao período de janeiro de 2018 a dezembro de 2018.

Art. 2º A publicação do Relatório de que trata o art. 1º deste Ato Normativo dar-se-á na forma do Anexo Único deste Ato, no qual se encontram o demonstrativo da despesa com pessoal (art. 55, inciso I, alínea "a", da LRF), o demonstrativo dos limites de despesa com pessoal (Acórdão TCU 553/17 – item 9.4), o demonstrativo das disponibilidades de caixa e restos a pagar (art. 55, inciso III, alínea "a", da LRF) e do demonstrativo simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (art. 48 da LRF).

Art. 3º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex **LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES**

Ministro Vice-Presidente,
no exercício da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **LUCIO MARIO DE BARROS GOES**,



MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, no
exercício da Presidência, em 28/01/2019, às 14:42 (horário de Brasília), conforme art.
1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
1305976 e o código CRC **69D926EB**.

1305976v13

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br/>



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/DIREG/DORFI/CPROF/DORFI/SEANP/DORFI

ANEXO Nº ÚNICO DO ATO NORMATIVO Nº 314/2019

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018

Anexo 1 - (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)	
	LIQUIDADAS														
	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18			TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.847.141,72	29.154.423,18	35.312.008,88	30.941.943,41	30.573.346,66	42.342.572,20	30.592.875,94	31.069.404,86	30.997.832,30	31.379.043,67	48.891.025,33	47.078.858,70	417.991.494,95	4.809.304,97	421.900.799,92
Pessoal Ativo	13.444.429,49	13.482.666,12	19.861.032,83	15.120.554,09	15.111.037,64	18.634.972,74	14.945.511,57	15.408.454,00	15.214.674,80	15.841.814,47	25.944.196,31	21.439.137,82	203.748.482,28	4.809.304,97	208.557.787,25
Vacacionistas, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	13.354.603,97	13.041.229,21	13.502.134,66	12.773.651,08	12.773.292,22	16.242.505,83	12.572.415,76	13.024.896,00	12.908.612,18	13.452.510,53	20.252.216,47	19.011.817,63	172.909.865,63	1.029.304,97	173.939.170,60
Obrigações Patronais:	89.825,52	641.436,91	6.358.898,17	2.346.922,41	2.337.745,42	2.392.466,91	2.373.095,81	2.383.558,51	2.306.062,02	2.389.303,94	4.791.979,84	2.427.320,59	30.838.616,65	3.780.000,00	34.618.616,65
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	15.422.712,23	15.471.757,06	15.450.976,05	15.823.389,32	15.462.328,02	23.607.599,46	15.647.363,47	15.651.950,26	15.783.157,50	15.537.229,20	23.846.829,02	25.639.721,08	213.343.012,67	0,00	213.343.012,67
Aposentados, Reservas e Reformas	9.440.211,69	9.341.853,73	9.367.733,56	9.794.380,11	9.496.014,80	14.428.351,94	9.577.031,29	9.593.787,90	9.574.358,00	9.468.398,69	14.671.598,04	16.184.424,58	130.848.714,45	0,00	130.848.714,45
Pensões	5.982.500,54	6.129.903,33	6.083.242,49	6.027.009,21	5.966.313,22	9.179.247,48	6.069.742,18	6.143.182,28	6.208.799,50	6.068.830,51	9.175.230,98	9.455.296,50	82.494.298,22	0,00	82.494.298,22
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	15.453.804,44	15.535.870,59	15.451.468,20	15.833.524,41	-64.315,64	216.972,32	-115.253,45	-32.257,78	6.618,18	7.434,89	6.618,18	9.277.817,71	71.568.392,15	1.029.304,97	72.597.697,12
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decoretas de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Aproximação	492,25	492,25	492,25	492,25	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	54.914,44	0,00	54.914,44
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Aproximação	9.599,96	53.621,28	0,00	11.842,84	48.849,19	210.354,14	-121.171,63	-80.376,29	0,00	816,71	0,00	2.994.421,41	3.148.057,81	1.029.304,97	4.175.362,78
Restos e Pensionistas com Restos e Variáveis	15.422.712,23	15.471.757,06	15.450.976,05	15.823.389,32	-117.783,01	0,00	0,00	41.500,33	0,00	0,00	6.276.778,12	68.287.330,10	0,00	0,00	68.287.330,10
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.413.337,28	13.628.552,99	19.860.540,58	15.108.419,00	30.637.661,30	42.025.595,88	30.708.128,49	31.092.662,84	30.991.214,12	31.371.608,78	48.884.407,12	37.801.640,99	345.523.192,90	3.780.000,00	349.303.192,90

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	805.348.403.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) (C)	349.303.192,80	0,043373%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	648.917.529,20	0,080576%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	616.471.652,74	0,076547%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,80 x V) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	584.035.776,28	0,072518%

FONTE: Tesouro Geral, Justiça Militar do Brasil

Notas: demonstrativo elaborado no pré-projeto e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar são processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuando a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar são processadas e também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Limite Legal da TCU = 0,080576% e Limite Prudencial da TCU = 0,076547%, conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

3) No exercício 2018, houve aumento no valor de R\$ 13.736 mil do total executado da Despesa Líquida com Pessoal em relação ao exercício de 2017 (aumento de 62%). Tal aumento deve-se à redução do orçamento de fontes vinculadas (0154 e 0169) e ao aumento em fontes ordinárias (0100), relativos ao pagamento de despesas com inativos e pensionistas. Assim, as despesas com inativos e pensionistas, paga com recursos ordinários, não podem ser inseridas como despesa não computada e, consequentemente, impactam no aumento do percentual em relação à RCL.

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO, ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018

R\$ 1,00

DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	421.900.799,92
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	72.597.607,12
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	349.303.192,80

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	805.348.403.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,043373%

LIMITE MÁXIMO (V)	% DA RCL		VALOR		
	LRP, art. 20, incisos I, II e III	0,101900%			
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente 1:		0,101798%	819.828.567,29
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente 2:		0,080726%	650.125.551,81
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente 3:		0,080576%	648.917.529,20
Justiça de Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 3		-	-		

1) Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

2) Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

3) Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

